

Família e mercado de trabalho: italianos e negros no contexto dos latifúndios cafeeiros de São Carlos (1907)

Rogério da Palma*

Resumo

Durante o final do século XIX, os processos de abolição da escravidão e implantação de uma política imigratória redefiniram as experiências de negros e italianos no contexto das fazendas cafeeiras do Oeste paulista. A família e as implicações sociais a ela ligadas foram fundamentais para as novas relações de trabalho, mas ainda pouco se conhece sobre como elas atuaram no posicionamento dessas duas categorias de trabalhadores dentro do mercado de trabalho. Através da consulta ao recenseamento municipal de 1907, objetiva-se a análise da configuração familiar de italianos e negros situados nos latifúndios de São Carlos. Acredita-se que tal estudo será útil para melhor se compreender como questões ligadas à constituição de unidades familiares podem (não) ter influenciado na competição por postos de trabalho.

Palavras-chave: Família; Negros; Italianos.

Abstract

During the late nineteenth century, the processes of abolition of the slavery and introduction of an immigratory politics re-defined the experiences of Blacks and Italians in the context of the coffee plantation of the west of São Paulo. The family and its social implications were primaries for new labor relations, but we know little on how they acted in the position of these two categories of workers inside the labor market. Through of the consultation to the municipal census of 1907, we intend to analyze the familiar configuration of Italians and Blacks situated in the farms of São Carlos. We believe that this study will be useful for a better comprehension of how questions connected with constitution of familiar unities can (or not) to have influenced in the competition for work posts.

Key words: Family; Blacks; Italians.

* Mestrando em Sociologia pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) e bolsista da FAPESP (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Introdução

Os latifúndios de café situados no “novo Oeste” de São Paulo¹ constituíram-se como o principal destino dos europeus que adentraram no Brasil durante a virada do século XIX para o século XX. Elaborada em uma conjuntura de desmantelamento do regime servil, a política imigratória formulada por fazendeiros, e também por seus representantes dentro da esfera estatal, aparece como a mais acabada tentativa de colocar-se um fim na crise de dominação senhorial que se instala a partir da década de 1870. Os imigrantes trazidos apresentam-se, nesse sentido, como a mão-de-obra apta para a plena introdução do trabalho livre nas grandes lavouras, pelo menos no que diz respeito à percepção de maior parte dos proprietários destas últimas². Alguns autores, para além do conteúdo propriamente racial que a imigração em massa para São Paulo carrega, apresentam afirmações as quais sugerem que diferenças nos arranjos familiares podem ter influenciado nessa preferência dos latifundiários por trabalhadores estrangeiros. Devido ao colonato, principal regime de trabalho nas fazendas cafeeiras após o fim do trabalho cativo e a ocupação da maioria dos imigrantes, ter se constituído sob a base do trabalho familiar, estes estudos ressaltam que ele pressupunha configurações e percepções familiares específicas. Muitos desses argumentos parecem sustentados, no entanto, muito mais pela verossimilhança, já que ainda não possuímos muitos trabalhos acerca das estruturas familiares entre diferentes categorias de trabalhadores. Sendo assim, pretende-se, por meio de dados retirados do recenseamento municipal de 1907, traçar uma análise comparativa das configurações familiares de italianos e brasileiros negros situados nas principais fazendas de café de São Carlos, um dos principais centros da economia cafeeira durante o início do século XX. Supõe-se que tal análise possa trazer maiores indícios quanto à construção histórica do mercado de trabalho livre nesse contexto, na medida em que é capaz de servir como *ponto de partida* para se explorar mecanismos não propriamente econômicos que possam ter atuado no processo de competição entre os dois grupos tratados.

A política imigratória e seus desdobramentos no mercado de trabalho

A política imigratória elaborada por políticos paulistas, que contava com a criação de

¹ O “Oeste histórico” inclui o “Oeste velho” (o “quadrilátero de açúcar”, centrado na região de Itu a Campinas), que se expande como área de “grande lavoura” (produzindo açúcar e, mais tarde, café) a partir de 1790, e o “Oeste novo” (de Rio Claro para o norte-noroeste), que se expande como área cafeeira principalmente após 1850. Ver SLENES, 1997:456.

² Nunca houve um consenso absoluto no debate público sobre as estratégias a serem adotadas quanto à substituição do trabalho escravo e à possível vinda de imigrantes. Mas, como se verá logo adiante, a visão que pregava a superioridade do trabalhador imigrante saiu como vitoriosa. Ver AZEVEDO, 2004.

toda uma estrutura disposta a atrair imigrantes, desde a criação da Sociedade Promotora da Imigração até o subsídio do transporte dos mesmos, teve como propósito colocar fim na crise de trabalho que chega às fazendas cafeeiras com a perda acentuada da legitimidade do escravismo entre diversos setores da população e, sobretudo, entre os próprios cativos³. Segundo Célia Marinho de Azevedo (2004), um dos principais fatores para se entender a imigração para o “novo oeste” paulista não consiste propriamente na escassez de mão-de-obra causada pelo fim do tráfico de escravos africanos após 1850, já que vários fazendeiros tentaram, e posteriormente conseguiram, barrar a entrada de escravos advindos de outras províncias do país. O seu enfoque está na forma como, durante a segunda metade do século XIX, a elite agrária paulista pensava os negros e, concomitantemente, interpretava as ações de cativos e libertos. Partindo de análises providas de discursos auferidos por parlamentares da então província de São Paulo, a autora aponta para o fato de que os grandes proprietários paulistas temiam a “onda negra” que chegava à região. A grande leva de escravos do Norte do país fez crescer, na percepção de boa parte dos proprietários, a criminalidade e a insegurança em suas propriedades. As revoltas escravas, somadas a grande difusão das teorias raciais do fim do século XIX dentro da elite brasileira, contribuíram, segundo Azevedo, com a visão daqueles fazendeiros imigrantistas que defendiam a qualquer custo a vinda de trabalhadores estrangeiros para substituir os escravos. A visão mais geral dos que defendiam a imigração como solução para o fim do regime servil era a de que os imigrantes europeus seriam o grupo social mais adequado ao trabalho livre, uma vez que os negros não encarnavam os atributos morais propícios ao trabalho não-coercitivo. Para os latifundiários imigrantistas, a vadiagem e a propensão à criminalidade presente entre os negros, como bem mostravam os recentes levantes, fugas e crimes cometidos por escravos em toda a província, tornavam-nos sujeitos naturalmente avessos à racionalidade presente no trabalho livre. O subsídio para a vinda de uma quantidade sem precedentes de imigrantes europeus estaria atrelado, dessa forma, a uma clara política racial desejada por elites da época.

Chama a atenção o fato de que todos os projetos políticos que visavam abolir a escravidão, vinculavam a implementação da 'abolição' à idéia da importação de mão-de-obra européia (= 'branca'). Baseados numa concepção já mais 'naturalizada' de 'negro' e 'branco', os 'espíritos progressistas' da época estavam convencidos de que a 'mão-de-obra branca' seria mais produtiva que a 'mão-de-obra negra'. 'Branco já não simbolizava mais exclusivamente valores morais-religiosos nem só o status de liberdade: agora a cor branca seria também projetada na idéia de progresso (HOFBAUER, 2003: 79-80)⁴.

³ Uma interessante discussão sobre a perda de legitimidade do escravismo está em COSTA, 1989.

⁴ O racismo presente na política imigratória é creditado, na maior parte das vezes, ao projeto de “embranquecimento” da nação proposto por alguns intelectuais, políticos e fazendeiros durante a

Com a vitória do imigrantismo, consolida-se a formulação de um projeto que viria trazer milhões de estrangeiros para São Paulo⁵. Dentro dessa corrente imigratória que passa a compor o contingente de trabalhadores das lavouras cafeeiras paulistas, cabe destacar a grande presença de italianos. De 1887 até 1900, eles formavam a grande maioria dos trabalhadores estrangeiros que vieram para os cafezais, seguindo de perto os espanhóis e portugueses durante o período 1900-1930 (HOLLOWAY, 1984:73). A chegada massiva de italianos logo nos anos que precedem a abolição é vista, de um modo geral, como um processo que redefine a posição dos ex-escravos dentro da economia cafeeira ao criar uma suposta segregação ocupacional. Segundo diversos estudos, ocorre uma forte redefinição étnico-racial dentro do mercado de trabalho, sendo que os recém-chegados italianos ficaram incumbidos de exercer com exclusividade a principal atividade referente ao cultivo e colheita do café, ou seja, a ocupação de colono (DEAN, 1977; HOLLOWAY, 1984; VANGELISTA, 1991). Esse regime de trabalho era a base do sistema produtivo das fazendas de café no contexto do trabalho livre. O colono, que ainda ganhava a moradia momentânea na fazenda e um espaço para plantar alimentos e criar alguns animais, recebia duas formas de pagamentos monetários, uma pelo trato e outra pela colheita do produto. O contrato entre fazendeiro e o colono era sempre estabelecido encarando-se a família como a unidade produtiva a ser levada em conta, ou seja, o proprietário contratava sempre o trabalho de um grupo familiar inteiro e não um único trabalhador. A mão-de-obra nacional, principalmente os negros, estariam, por sua vez, encarregados das atividades marginais ao processo produtivo constituído nos cafezais. Essas ocupações que muitos dos ex-escravos e seus descendentes vieram a ocupar seriam em grande medida tarefas sazonais e, ao contrário do sistema de colonato, eram remuneradas de forma individual, seja com pagamento mensal ou de diárias⁶.

Essa “marginalização” dos brasileiros negros é, como se pôde perceber acima, muitas vezes creditada à “racialização” presente no projeto civilizatório empreendido pelas elites do final do século XIX. Alguns estudos, porém, sugerem que a forma como algumas categorias de trabalhadores encaravam a família, elemento-chave dentro do colonato, também fornece

consolidação da República. Esse debate, embora tenha carregado visões divergentes, sobretudo quando se trata de intelectuais e fazendeiros – os primeiros estavam interessados em incentivar uma imigração voltada para a colonização, enquanto que os segundos tinham como prioridade atrair trabalhadores -, tinha como pressuposto principal praticar uma “desafricanização” do país, admitindo que a inferioridade da população brasileira seria a consequência de sua composição racial. Para mais informações sobre o assunto, consultar, além das obras já citadas, ORTIZ, 1982; SCHWARCZ, 1995; SEYFERTH, 1996.

⁵ Estima-se que cerca de 2 milhões de estrangeiros vieram para São Paulo até 1927, data em que se encerra a política de subsídio de imigrantes, sendo que a maioria desse contingente teve como destino inicial os cafezais do interior (ANDREWS, 2007:171).

⁶ Entre estas tarefas subsidiárias estavam a de camarada (pessoa que cuidava de afazeres gerais dentro dos limites da fazenda), de carroceiro, de podador, de seleiro etc.

indícios sobre a constituição desse mercado de trabalho. Segundo Verena Stolcke (1982), o colonato não foi instituído simplesmente por “forças ligadas ao mercado”, mas também devido a um “familismo” presente tanto entre os fazendeiros como entre os trabalhadores, os quais necessariamente a enxergavam como um grupo coeso em torno da cooperação no trabalho. Na bibliografia sobre o tema, os italianos são sempre retratados como trabalhadores totalmente apegados ao trabalho familiar, este mesmo visto como um valor trazido da sociedade de origem e tido como algo a ser mantido na nova conjuntura (ALVIM, 1986:90). Certos estudos (COLBARI, 1997), inclusive, chegam até a afirmar que os italianos foram os responsáveis por, a partir da sua chegada em fins do século XIX, introduzir na cultura brasileira, via o familismo, a valorização do trabalho. De acordo com tal interpretação, os italianos teriam trazido consigo um capital cultural, em particular a sua organização familiar e sua “ética” do trabalho, que os dispuseram a se inserir como agentes privilegiados no momento de inserção do trabalho livre. Sobre os negros e suas relações familiares, presenciamos afirmações pouco controversas. Florestan Fernandes (1978) argumenta que, como herança da escravidão, os negros foram levados a uma situação de “anomia” logo após a abolição. Sem uma experiência social condizente com a valorização da família e do trabalho, os libertos tornaram-se sujeitos pouco competitivos em relação aos imigrantes e, sendo assim, foram por eles substituídos nos principais postos de trabalho, tanto nas grandes fazendas como na cidade. Há uma historiografia já consolidada sobre as últimas décadas da escravidão nas fazendas cafeeiras paulistas que, no entanto, contesta essas afirmações de Fernandes. Tais pesquisas demonstram a importância, tanto material como simbólica, dos laços familiares para os cativos, os quais formavam até mesmo grupos extensos, cujas ligações se estendiam para além da família nuclear⁷. George Andrews (2007:170), um dos estudiosos sobre as relações entre brancos e negros no pós-abolição, escreve que os ex-escravos carregavam consigo um forte apego à família, mas não ao trabalho familiar. Para ele, muitos dos negros que vivenciaram a escravidão não estavam dispostos a empregar mulheres e crianças no trabalho da lavoura, com o intuito de se desvencilhar o máximo possível da sua antiga condição de escravo. Tal percepção acerca do trabalho familiar teria minado as possibilidades de inserção no colonato para os negros, sobretudo se se leva em conta que os imigrantes eram totalmente favoráveis ao trabalho familiar.

O fato é que, na verdade, ainda temos poucas pesquisas sobre as relações familiares

⁷ Ver, entre outras obras, SLENES, 1999 e CASTRO, 1997.

dos negros após a introdução do trabalho livre⁸. Grande parcela da bibliografia (HOLLOWAY, 1984; STOLCKE, 1982;) sobre a economia cafeeira do “novo Oeste” paulista, por sua vez, faz menção à necessidade de certos pressupostos nos arranjos das famílias que pretendiam se encarregar da tarefa de colono com sucesso. Para se auferir rendimentos maiores seria interessante à família possuir diversos membros, principalmente pessoas em idades para trabalhar constantemente, o que faria com que filhos casados ou então parentes não ligados ao núcleo da família (irmãos, cunhados, sobrinhos etc.) pudessem fazer parte das unidades familiares. Porém, será que esses arranjos familiares eram realmente decisivos no momento de contratação da mão-de-obra para o colonato? Há estudos realizados no âmbito da Demografia Histórica (OLIVEIRA, 1985:34) que sugerem que o colonato não necessariamente demandava famílias com determinadas composições, mas apenas acomodava com sucesso estes arranjos⁹. Será então que outras idealizações dos fazendeiros sobre os grupos de trabalhadores – como as raciais – eram de maior peso na contratação e alocação da mão-de-obra? A configuração familiar constitui, portanto, um importante *ponto de partida* para se evidenciar a atuação dos laços familiares na formação do mercado de trabalho livre dentro do contexto dos latifúndios cafeeiros. Uma análise comparada dos arranjos familiares encontrados entre italianos e negros, bem como da relação desses arranjos com o trabalho no colonato, pode servir como um interessante parâmetro inicial para se aprofundar em certos conteúdos valorativos que podem ter atuado na competitividade por trabalho entre essas categorias sociais.

A configuração familiar de italianos e negros

A região que na época constituía o município de São Carlos firmou-se como um dos maiores centros da economia cafeeira do “novo Oeste” paulista em fins do século XIX. Após a integração dessa região à malha ferroviária da província, em 1884, a sua produção ganhou novas possibilidades de escoamento e aumentaram-se as facilidades para a chegada em larga escala de imigrantes. São Carlos foi, em 1895, o principal destino dos trabalhadores saídos da Hospedaria do Imigrante, um ano após alcançar o segundo lugar nesse mesmo quesito¹⁰. Pode-se afirmar, desse modo, que São Carlos desenvolveu-se durante o período aqui tratado

⁸ Bassanezi (1986) possui um interessante trabalho sobre a configuração familiar dos trabalhadores colonos de uma importante fazenda de Rio Claro. Seus números, todavia, além de se limitarem a uma única propriedade e à ocupação de colono, comparam apenas as famílias italianas com as famílias cearenses, sem levar em conta a questão mais propriamente racial.

⁹ Bassanezi (1986:89) ainda afirma que, para além da configuração familiar, outros fatores ligados ao colonato influíam nos rendimentos das famílias.

¹⁰ Sobre a ascensão e a relevância de São Carlos para a produção de café brasileira na virada do século XIX para o século XX, consultar TRUZZI, 2000.

como um típico município da fronteira cafeeira do estado de São Paulo, residindo aí a sua importância para um estudo sobre a composição familiar e ocupacional dos trabalhadores presentes em suas plantações durante o início do século XX.

Os dados sobre os arranjos familiares de italianos e negros que residiam nas principais lavouras do município, por sua vez, foram sistematizados por meio da consulta ao recenseamento municipal de 1907. Esse documento contém um interessante levantamento sobre a população são-carlense em relação a outros documentos do mesmo período. Ele possui, por exemplo, números relativos à variável “cor”, fato raro em listas de habitantes da época, já que, com a proclamação da República, a questão racial praticamente desaparece dos documentos a partir de então elaborados pelo Estado. É certo também que esse recenseamento traz uma visão estática das configurações familiares, pois se refere a um “retrato” das mesmas, sendo impossível captar a sua dinâmica ao longo do tempo. Não sabemos se tais famílias agruparam mais parentes em um período anterior ou posterior do de quando foram arroladas. Por estarem fixados em um único período de tempo, os números a serem aqui apresentados abordam, nesse sentido, famílias em processos distintos de desenvolvimento, os quais não conhecemos. Apostamos no fato de se estudar um alto número de famílias para amenizar essas possíveis deformações.

Dito isto, cabe-nos então analisar os dados acerca do perfil familiar dos trabalhadores pesquisados. Ao todo, delimitou-se dezessete propriedades para estudo, as quais estão entre as maiores da região. Para fins de exposição, enumerou-as de acordo com a quantidade de trabalhadores que cada uma abrigava, da maior para a menor. Resolveu-se ainda, para os fins propostos neste estudo, agrupar separadamente as famílias que trabalhavam sob o regime de colonato daquelas que ocupavam as demais atividades. Como frisado anteriormente, a ocupação de colono guarda consigo toda uma especificidade por estar baseada no trabalho familiar, enquanto que os demais postos de trabalho da economia cafeeira funcionavam por meio do assalariamento individual ou através do pagamento de diárias.

Tabela 1. Configuração familiar dos colonos italianos

FAZENDAS																	
*	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
% (N**)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)
A	4,9 (3)	2,1 (2)	1,2 (1)	3,8 (1)	6,7 (3)	9,3 (4)	2,9 (1)	3,6 (1)	0	7,7 (2)	3,2 (1)	3,4 (1)	6,4 (2)	0	11,8 (2)	0	7,7 (1)
B	73,8 (45)	66,3 (63)	61,2 (52)	65,4 (17)	60 (27)	53,5 (23)	64,7 (22)	78,6 (22)	73,1 (19)	61,5 (16)	61,3 (19)	58,6 (17)	74,2 (23)	80 (8)	58,8 (10)	60 (9)	84,6 (11)
C	3,3 (2)	7,4 (7)	12,9 (11)	7,7 (2)	4,4 (2)	9,3 (4)	2,9 (1)	3,6 (1)	3,8 (1)	0	6,4 (2)	6,9 (2)	0	0	23,5 (4)	6,7 (1)	7,7 (1)
D	8,2 (5)	10,5 (10)	16,5 (14)	11,5 (3)	15,5 (7)	16,3 (7)	20,6 (7)	14,3 (4)	3,8 (1)	23,1 (6)	16,1 (5)	10,3 (3)	12,9 (4)	0	5,9 (1)	20 (3)	0
E	6,5 (4)	3,1 (3)	2,3 (2)	0	2,2 (1)	2,3 (1)	0	0	0	0	0	3,4 (1)	0	0	0	0	0
F	0	0	1,2 (1)	0	4,4 (2)	2,3 (1)	5,9 (2)	0	7,7 (2)	7,7 (2)	3,2 (1)	6,9 (2)	3,2 (1)	10 (1)	0	6,7 (1)	0
G	3,3 (2)	9,5 (9)	4,7 (4)	7,7 (2)	4,4 (2)	7 (3)	2,9 (1)	0	3,8 (1)	0	9,7 (3)	6,9 (2)	3,2 (1)	10 (1)	0	6,7 (1)	0
H	0	1,1 (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
I	0	0	0	3,8 (1)	2,2 (1)	0	0	0	7,7 (2)	0	0	3,4 (1)	0	0	0	0	0
J	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	100 (61)	100 (95)	100 (85)	100 (26)	100 (45)	100 (43)	100 (34)	100 (28)	100 (26)	100 (26)	100 (31)	100 (29)	100 (31)	100 (10)	100 (17)	100 (15)	100 (13)

*Configurações (válidas para todas as tabelas): A= Casal; B= Casal com filhos solteiros; C= Casal com filhos casados; D= Casal com filhos solteiros e outros parentes; E= Casal com filhos casados e outros parentes; F= Casal com outros parentes; G= Viúvo(a) ou solteiro(a) com filhos solteiros; H= Viúvo(a) ou solteiro(a) com filhos solteiros e outros parentes; I= irmãos; J= Solteiros.

** Número absoluto representativo do percentual.

Fonte: Recenseamento Municipal de São Carlos realizado no ano de 1907, Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 2. Configuração familiar dos italianos das demais ocupações

FAZENDAS																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)
A	14,3 (1)	15,8 (3)	10 (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	16,7 (1)	0	0	33,3 (1)	0	0
B	42,8 (3)	47,4 (9)	30 (3)	100 (1)	21,4 (3)	80 (8)	20 (1)	25 (1)	100 (4)	100 (1)	33,3 (1)	16,7 (1)	5,5 (1)	0	33,3 (1)	100 (1)	0
C	14,3 (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D	14,3 (1)	10,5 (2)	0	0	0	10 (1)	0	0	0	0	0	33,3 (2)	0	0	0	0	0
E	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
F	0	5,3 (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
G	0	5,3 (1)	10 (1)	0	0	0	0	25 (1)	0	0	0	16,7 (1)	0	0	33,3 (1)	0	0
H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
I	0	0	0	0	14,3 (2)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
J	14,3 (1)	15,8 (3)	50 (5)	0	64,3 (9)	10 (1)	80 (4)	2 (50)	0	0	66,7 (2)	16,7 (1)	95,5 (17)	0	0	0	0
TOTAL	100 (7)	100 (19)	100 (10)	100 (1)	100 (14)	100 (10)	100 (5)	100 (4)	100 (4)	100 (1)	100 (3)	100 (6)	100 (18)	0	100 (3)	100 (1)	0

Fonte: Recenseamento Municipal de São Carlos realizado no ano de 1907, Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 3. Configuração familiar dos pretos (sic)¹¹ colonos

	FAZENDAS																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)
A	12,5 (1)	16,6 (1)	0	0	0	0	0	0	11,1 (1)	0	50 (2)	0	0	33,3 (1)	33,3 (1)	0	0
B	75 (6)	33,3 (2)	100 (1)	85,7 (6)	0	100 (1)	100 (1)	50 (1)	44,4 (4)	0	25 (1)	0	100 (1)	66,7 (2)	66,7 (2)	100 (1)	100 (1)
C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D	12,5 (1)	16,6 (1)	0	0	0	0	0	50 (1)	33,3 (3)	50 (1)	0	0	0	0	0	0	0
E	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
G	0	16,6 (1)	0	14,3 (1)	0	0	0	0	11,1 (1)	0	25 (1)	0	0	0	0	0	0
H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
I	0	16,6 (1)	0	0	0	0	0	0	0	50 (1)	0	0	0	0	0	0	0
J	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	100 (8)	100 (6)	100 (1)	100 (7)	0	100 (1)	100 (1)	100 (2)	100 (9)	100 (2)	100 (4)	0	100 (1)	100 (3)	100 (3)	100 (1)	100 (1)

Fonte: Recenseamento Municipal de São Carlos realizado no ano de 1907, Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 4. Configuração familiar dos pretos (sic) das demais ocupações

	FAZENDAS																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)	% (N)
A	2,9 (1)	0	25 (2)	16,6 (1)	0	16,7 (1)	0	0	0	12,5 (1)	0	0	33,3 (4)	0	25 (1)	33,3 (1)	0
B	38,2 (13)	20 (2)	50 (4)	0	22,7 (5)	16,7 (1)	0	50 (2)	16,7 (1)	50 (4)	20 (1)	50 (1)	25 (3)	0	0	2 (66,7)	0
C	2,9 (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D	2,9 (1)	30 (3)	12,5 (1)	0	0	16,7 (1)	0	0	0	0	20 (1)	0	0	0	0	0	0
E	5,9 (2)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
G	14,7 (5)	10 (1)	12,5 (1)	16,6 (1)	0	16,7 (1)	0	25 (1)	0	12,5 (1)	20 (1)	0	0	0	0	0	0
H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
I	0	0	0	0	4,5 (1)	16,7 (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
J	32,4 (11)	40 (4)	0	66,6 (4)	72,7 (16)	16,7 (1)	100 (1)	25 (1)	83,3 (5)	25 (2)	40 (2)	50 (1)	41,7 (5)	0	75 (3)	0	0
Total	100 (34)	100 (10)	100 (8)	100 (6)	100 (22)	100 (6)	100 (1)	100 (4)	100 (6)	100 (8)	100 (5)	100 (2)	100 (12)	0	100 (4)	100 (3)	0

Fonte: Recenseamento Municipal de São Carlos realizado no ano de 1907, Fundação Pró-Memória de São Carlos.

¹¹ O recenseamento possui, além da categoria “preto”, a terminologia “mulato”. Como as famílias classificadas sob este último termo eram diminutas, resolveu-se não expor os seus dados aqui.

As tabelas acima mostram que não havia uma diferença significativa entre as configurações familiares das formas de classificação adotadas. Concentrando-se nas famílias italianas que trabalhavam como colonas, pode-se dizer que as famílias nucleares geralmente alcançam mais de 60% do total dessa categoria nas propriedades estudadas. No caso das famílias de ocupações diversas, as quais contém números absolutos bem menores, os solteiros adquirem destaque em algumas fazendas, já que nessas ocupações a possibilidade de contratação de trabalhadores individuais abre espaço para a contratação de solteiros. Quando se observa apenas as unidades familiares propriamente ditas, porém, a família nuclear, com percentagens que variam de propriedade para propriedade, constitui a maioria em praticamente todos os latifúndios analisados. A presença de outros parentes (como no caso de irmãos de algum membro do casal ou então de alguns “enteados”¹²) também é considerável nas famílias italianas que exerciam a ocupação de colono. Dentre estas últimas, é ainda constante a presença de filhos casados juntos com os pais. Essas duas últimas conclusões, por sua vez, não se aplicam às famílias das demais ocupações, em que os números dessas variáveis são diminutos e irregulares.

Com relação às famílias de brasileiros negros, elas, mesmo estando em números menores que os das famílias italianas, apresentam igualmente um alto percentual de casais e de casais com filhos solteiros. Essas conclusões são relativas às famílias que trabalhavam sob o regime de colonato e aquelas que se encarregavam das outras atividades, não havendo uma diferença significativa entre elas. A família nuclear, portanto, tendia a predominar também entre os negros. Como se percebe, havia, assim como no caso dos italianos, vários solteiros entre os afro-descendentes que trabalhavam nas ocupações diversas, devido ao formato destas últimas. No que toca às famílias de negros que trabalhavam sob o colonato, ainda merecem menção as famílias que estavam com outros parentes além dos filhos. Elas aparecem com proporções expressivas em algumas propriedades. A única diferença relevante na configuração familiar de italianos e de brasileiros negros é a pouca presença de casais recenseados com filhos casados entre os últimos. Tal fato sugere que poderia haver uma menor pressão por parte de brasileiros negros para que filhos casados continuassem a fazer parte do núcleo familiar. Não se pode inferir, no entanto, o quanto esse fator sozinho pode ter influenciado na competitividade pela ocupação de colono, uma vez que, entre os negros, ele não foi atuante, pois nem as famílias que eram colonas apresentam índices expressivos de filhos casados.

¹² Classificamos aqui como “enteados” as crianças que aparecem juntas com algumas famílias e não possuem o sobrenome das últimas.

Conclusões

Italianos e brasileiros negros possuíam, portanto, arranjos familiares semelhantes. A única diferença significativa entre eles reduz-se ao fato de que os primeiros provavelmente exerciam maior pressão para que filhos casados permanecessem no mesmo grupo familiar. Não sabemos, no entanto, o quanto esse aspecto pode ter atuado na competitividade pelo colonato. Aspectos qualitativos, especialmente que tratem da forma como esses grupos encaravam o trabalho familiar, podem contribuir decisivamente para se pensar a forma como certos valores familiares possivelmente (não)atuaram na construção social do mercado de trabalho livre da economia cafeeira do “novo Oeste” paulista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Zuleika. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANDREWS, George R. *América Afro-latina, 1800-2000*. São Carlos: Edufscar, 2007.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BASSANEZI, Maria S. C. B. *Família e força de trabalho: subsídios para a compreensão da dinâmica no período cafeeiro*. Campinas: NEPO: UNICAMP, 1986.
- CASTRO, Hebe Mattos. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil . Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- COLBARI, Antonia. *Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira*. Revista Brasileira de história, vol. 17, n 34, p. 53-74, 1997.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- HOFBAUER, Andreas. *O conceito de 'raça' e o ideário do 'branqueamento' no século XIX – Bases ideológicas do racismo brasileiro*. Revista Teoria & Pesquisa, 42 e 43, jan.-julh. 2003.
- HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- Recenseamento geral da população de São Carlos do Pinhal no ano de 1907*. São Carlos: Fundação Pró-Memória.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.
- OLIVEIRA, Maria Coleta. *Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo*. Campinas: NEPO: UNICAMP, 1985.
- ORTIZ, Renato. *Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX*. Cadernos CERU, nº 17, 1982.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

SEYFERTH, Giralda. "Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização". In: MAIO, Marcos Chor; VENTURA, Ricardo (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fio Cruz e Centro Cultural do Banco do Brasil, 1996.

SLENES, Robert W. "Senhores e subalternos no Oeste paulista". In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 233-290.

_____. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

STOLCKE, Verena. "A família que não é sagrada. Sistema de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo". In: CORRÊA, Mariza. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TRUZZI, Oswaldo. *São Carlos: Café e indústria, 1850-1950*. São Carlos: Edufscar, 2000.

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: Imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1991.